



Acta Scientiarum. Human and Social Sciences

ISSN: 1679-7361

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

Toloi, Rodrigo Carlo; Reinert, José Nilson

Contribuição do programa de pós-graduação em agronegócio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no desenvolvimento do agronegócio do Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil

Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 33, núm. 1, 2011, pp. 55-65

Universidade Estadual de Maringá

Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307325356006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Contribuição do programa de pós-graduação em agronegócio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no desenvolvimento do agronegócio do Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil

Rodrigo Carlo Toloi^{1*} e José Nilson Reinert²

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Confresa, Av. Wilmar Fernandes, 300, Setor Santa Luzia, Confresa, Mato Grosso, Brasil. ²Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: rodrigo.toloi@cfs.ifmt.edu.br

RESUMO. Este estudo teve por objetivo identificar a contribuição do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), por intermédio da atuação de seus egressos (2003-2007), no desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul. A metodologia empregada baseia-se na utilização de pesquisa de natureza qualitativa, exploratória, descritiva e de estudo de caso. O estudo buscou descrever a importância da universidade e dos Programas de Pós-graduação como entidades que proporcionam o desenvolvimento socioeconômico do Estado. Deste modo, a realização do estudo possibilitou identificar que o Programa de Mestrado em Agronegócio da UFMS contribui de três formas distintas para promover o desenvolvimento do Agronegócio.

Palavras-chave: egressos, agronegócio, desenvolvimento.

ABSTRACT. Post-graduate program in agribusiness of the Federal University of Mato Grosso do Sul as an asset for the development of agribusiness in the state of Mato Grosso do Sul, Brazil. The contribution of the Post-graduate Program of the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS) towards the development of the state of Mato Grosso do Sul is determined through the activities of its ex-students (2003-2007). Whereas methodology comprises qualitative, exploratory, descriptive and case study research, analysis describes the importance of the university and its post-graduate program as factors towards the state's social and economical development. Current investigation identified the Master's Program in Agribusiness of the UFMS as the source of three different causes for the promotion of the development of Agribusiness.

Keywords: ex-students, agribusiness, development.

Introdução

O agronegócio e as suas especificidades representam um setor de grande importância para a expansão socioeconômica do país, e também do Estado de Mato Grosso do Sul dado o volume de postos de trabalhos gerados, pelo seu saldo na balança comercial e pelo nível de tecnologia utilizado na realização das atividades.

É importante ressaltar que o cenário do agronegócio está cada vez mais competitivo e complexo; as organizações necessitam desenvolver estratégias que proporcionam vantagem competitiva frente às concorrentes e também pelas condições adversas proporcionadas pela abertura econômica.

Perante esse cenário, é preciso promover algumas ações que incentivem o seu desenvolvimento. A produção científica voltada para as diversas áreas do agronegócio praticadas no Estado deverá contribuir de forma eficaz para o seu desenvolvimento.

Dantas (2004) afirma que, atualmente, a pós-graduação é a principal responsável pela produção científica do país. Corroborando essa afirmação, Schwartzman (1996) salienta que o principal argumento em defesa da pós-graduação tem sido a sua importância para o desenvolvimento econômico e social.

A pós-graduação no país tem registrado considerável expansão, ampliando sua abrangência nas áreas do conhecimento e representando importante ferramenta de desenvolvimento para a região na qual está inserida, exatamente por se tratar de um instrumento para elevar o nível de competitividade de seus profissionais.

Já o nível de desenvolvimento de uma determinada região pode ser mensurado a partir da análise de alguns elementos ao longo do tempo, por exemplo, a redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e consequente elevação das condições de saúde, educação e moradia (VASCONCELLOS, 1988).

Morin e Wulf (2003) acreditam que é necessário abandonar a ideia simplista de que o progresso técnico/econômico é a locomotiva à qual estão atrelados os progressos sociais, políticos, mentais e morais.

Seguindo nessa direção, o Programa de Pós-graduação em Agronegócio oferecido pela UFMS¹ teve como missão, desde sua origem, gerar e disseminar conhecimentos para a sociedade obedecendo ao princípio de indissociabilidade, que, segundo Teixeira (1992), se encontra apoiado no tripé: ensino, pesquisa, e extensão.

A produção científica destinada ao agronegócio visa conferir a possibilidade de desenvolver o setor, ou seja, disponibilizar, por meio de pesquisas e publicações, um novo conhecimento que permita melhor aproveitar a potencialidade de uma gestão mais efetiva e ou de desenvolvimento de novas tecnologias de produção.

Do ponto de vista do desenvolvimento do agronegócio, a figura da produção científica se apresenta como uma mudança de paradigma, passando de um modelo menos exigente de domínio do conhecimento e informação para um modelo centrado em novas técnicas de gestão e produção, onde o domínio de novos conhecimentos e habilidades são requisitos essenciais para a sobrevivência e crescimento do setor.

Torna-se importante destacar que as contribuições que um Programa de Pós-graduação pode trazer para o desenvolvimento de uma região geográfica não podem ficar limitadas à produção científica, mas devem estender-se até a qualificação de profissionais que, direta ou indiretamente, irão influenciar no desenvolvimento do Estado.

Este estudo pretende oferecer novos contornos para esse debate, salientando a contribuição que o Programa de Pós-graduação da UFMS tem oferecido ao Setor do Agronegócio por intermédio da atuação profissional de seus egressos até o momento da realização deste artigo.

Partindo desta pretensão, o estudo buscou primeiramente identificar o perfil dos egressos, posteriormente localizar a atuação profissional desses egressos e por final mapear as publicações dos egressos.

A análise da contribuição de um Programa de Pós-graduação em uma universidade apresenta-se de forma complexa e de difícil articulação, pois existem poucas publicações na área e os agentes envolvidos ficam dispersos; em muitos casos, não permanecem no Estado onde a universidade está localizada.

Diante desse cenário, este estudo encontra sua justificativa na necessidade de apresentar que ações os egressos estão desenvolvendo para o setor do agronegócio, possibilitando, com isso, formar um banco de dados com informações que poderão ser utilizadas na formulação de políticas para o ensino do agronegócio em nível de pós-graduação *stricto sensu*. Outra justificativa para a realização desta pesquisa reside nos subsídios fornecidos à reflexão de coordenadores e professores do referido Programa, gerando informações consistentes para decisões e orientações relativas ao desenvolvimento do programa, sua interferência no avanço do setor do agronegócio bem como a sua relevância para a vida profissional e acadêmica dos egressos.

A contribuição do estudo de caso proposto vem investigar um fenômeno específico e sua aplicabilidade no contexto vivenciado, fornecendo, assim, maior credibilidade aos investimentos em novas tecnologias.

Material e métodos

Para responder aos objetivos da pesquisa, os procedimentos adotados neste trabalho estão delineados como uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de um referencial existente, principalmente livros, artigos científicos, material disponibilizado pela organização e, ainda, um estudo de caso.

A metodologia de desenvolvimento do trabalho foi realizada em três fases. Iniciou-se com a fase exploratória, descritiva, bibliográfica e documental em que ocorreu a revisão da literatura e foram levantados os *currículos lattes*. Em seguida, a fase de coleta de dados, em que foram levantados os dados sobre o *currículo lattes* com colaboradores em estudo. Finalmente, em caráter qualitativo, utilizando a estatística descritiva, realizou-se a fase de análise e interpretação dos dados.

Revisão da literatura

A princípio, o conceito de agronegócio pode apresentar diferentes definições. Partindo-se de uma definição etimológica, percebe-se que agronegócio é um termo composto que pode ser dividido em duas partes: a primeira “agro” e a segunda “negócio”.

A primeira expressão, “agro”, surge do latim como “agri”, fazendo referência às atividades relacionadas com a agricultura, ao campo e a terra cultivada, segundo Ferreira (1999). Levando o conceito para a área de interesse desta pesquisa, entende-se agro como o conjunto de atividades realizadas no campo, as atividades realizadas na agricultura e na pecuária.

¹UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Para Ferreira (1999), o segundo termo “negócio”, de acordo com a sua raiz do latim, é uma palavra composta, sendo formada por “nego” que significa negar, e “ócio” que expressa o descanso do trabalho, o tempo que se passa desocupado. Nesse sentido, o termo “negócio” representa a negação do ócio, ou seja, trabalhar.

Pode-se, ainda, admitir que o conceito de agronegócio seja resultado de uma evolução do conceito de agricultura até então utilizado para explicar as atividades desenvolvidas pelo setor primário, compreendendo as atividades de preparação da terra, plantio e colheita. Mas, com o tempo, perdeu sua eficácia e não explica mais as atividades desenvolvidas nesse setor. A atividade agrícola deixa de ser exclusivamente rural, passando a depender de outros serviços, máquinas e insumos provenientes de setores diversos, segundo Batalha e Lago da Silva (2001).

Diante dessa necessidade, os pesquisadores da Universidade de Harvard, John Davis e Ray Goldberg perceberam que o termo agricultura já não poderia ser analisado de forma isolada dos demais agentes que forneciam suprimentos e insumos para o desenvolvimento do setor. Foi então que apresentaram o conceito de *Agribusiness*, descrevendo a nova realidade da agricultura da época, sendo entendido como:

A soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles. (BATALHA; LAGO DA SILVA, 2001, p. 27).

Para Araújo (2005), as transformações socioeconômicas que ocorreram nos últimos 50 anos, em especial nos avanços tecnológicos, culminaram em mudanças na estrutura das propriedades rurais. Mudanças tais como êxodo rural, aumento nos índices de produtividade, menos pessoas envolvidas com a produção primária sustentando mais pessoas nas cidades, induziram a uma transformação no conceito da agricultura.

O conceito de Agronegócio no Brasil é recente, data da década de 1980, sendo disseminado principalmente por movimentos organizados e sistematizados em São Paulo e Rio Grande do Sul, segundo Araújo (2005).

No Brasil, a abordagem sistêmica foi utilizada explicitamente por Araújo et al. (1990) com a finalidade de levantar as dimensões básicas do *Agribusiness* brasileiro, logo permitindo a interpretação de que o agronegócio é toda relação comercial que envolve produtos agrícolas.

Para um país com as características como o Brasil, o conceito de Agronegócio está diretamente vinculado ao conceito de desenvolvimento. O Produto Interno Bruto (PIB), em 2007, foi calculado em R\$ 2.558,8 bilhões, dos quais 25% (R\$ 642,6 bilhões) tiveram origem no agronegócio, que geraram 37% dos empregos naquele ano, segundo o Centro de Pesquisas Avançadas de Economia Aplicada (CEPEA, 2008).

Para Rodrigues (2007), o Brasil é o terceiro maior exportador mundial de produtos agrícolas. Compete no mercado global com grandes potências como os Estados Unidos, União Europeia e Austrália, e representou 42% das nossas vendas para o mercado externo, o que equivale a 43,6 bilhões de dólares ou 86,7 bilhões de reais.

Além da importância econômica, ainda é possível notar uma expressiva contribuição na área social.

No aspecto social, a agricultura é o setor econômico que mais ocupa mão-de-obra: cerca de 17 milhões de pessoas que, somados a 10 milhões dos demais componentes do agronegócio representam 27 milhões de pessoas no total. É o setor que ocupa mais mão-de-obra também em relação ao valor de produção: para cada R\$ 1 milhão, o número de envolvidos em 1995 era de 182 para a agropecuária, 25 para a extração mineral e 38 para a construção civil, segundo informações de Lourenço (2008).

Neste sentido, é possível observar que o setor do agronegócio está diretamente relacionado com o desenvolvimento dos municípios do Brasil, e em especial dos municípios sulmatogrossenses, uma vez que a maioria dessas sociedades depende da economia gerada pelo agronegócio.

Contudo, ao se observar o significado socioeconômico do agronegócio, passa-se a questionar a sua responsabilidade como agente impulsionador do incremento econômico e social, tornando-se assim imprescindível a discussão sobre o conceito de desenvolvimento.

Para Pizzi (2005), o conceito de desenvolvimento possui diferentes significados; sua conotação abriga um conceito e uma realidade ambíguos, e sua etimologia pode ser vinculada às expressões des + envolver, ou seja, tirar o que envolve ou oculta. Nesse sentido, o conceito pode ser definido como o processo de abertura, isto é, o fato de conhecer alguma coisa até então ignorada.

Por outro lado, Gremaud et al. (2006) acredita que este conceito pode ser entendido em um contexto mais amplo, onde o importante não é apenas a expansão da produção, mas também a natureza e a qualidade dessa expansão. Sua ideia está

associada às condições de vida da população ou à qualidade de vida dos residentes no país.

Pode-se dizer, ainda, que ele represente a noção de progresso, ou uma percepção de vida com uma expansão incessante e desmedida pela busca do material, fruto da revolução industrial, conforme ilustra Macedo (2003).

Segundo Morin e Wulf (2003), é necessário, pois, “abandonar a idéia simplista de que o progresso técnico/econômico é a locomotiva à qual estão atrelados os progressos sociais, políticos, mentais e morais”. Não se trata, pois, de simplesmente estimulá-lo. Por isso, o crescimento qualitativo presume modificações radicais de comportamento dos indivíduos e dos responsáveis pelas decisões coletivas.

Neste sentido, a definição para o desenvolvimento começa a ser ampliada, superando o conceito unívoco de crescimento econômico, progresso tecnológico e modernização institucional, conforme salienta Pizzi (2005).

Nesse novo parâmetro, Pizzi (2005) salienta três dimensões fundamentais:

1. o desenvolvimento dos homens, que exige investimentos na educação, saúde, alimentação e bem-estar social, para o qual a expectativa de vida é tomada como indicador, no nascimento;
2. o desenvolvimento pelos homens, que requer sua participação abrangente no processo de desenvolvimento, para o qual o nível cultural, medido pelo grau de alfabetização, serve como indicador;
3. o desenvolvimento para os homens, que demanda possibilidades de renda e de pesquisa para todos a fim de que possam conseguir um modesto padrão de vida.

Conforme registra Guimarães e Costa (2001), este conceito deve estar associado a um processo de crescimento econômico de natureza endógena, no qual os fatores locais da produção social e cultural são decisivos para a sua confirmação.

Ainda é preciso considerar que, embora seja desejável que se atinja o mesmo grau em todos os setores da economia, certamente ele não se processa de forma harmônica. Em muitos países, é notado um visível descompasso nos diversos setores da economia, embora no contexto geral, verifique-se a expansão da economia como um todo.

Celso Furtado, em seu livro “O Mito do Desenvolvimento” (FURTADO, 1974), apresenta a ideia de um modelo de evolução, de progresso em outras dimensões, não se restringindo ao crescimento econômico. Para Furtado (1974), o desenvolvimento não se detém apenas aos aspectos

econômicos, mas também aos sociais, culturais e políticos.

Nesse sentido, é preciso diferenciar os conceitos de desenvolvimento e de crescimento, uma vez que, na prática, esses conceitos podem ser usados de forma equivocada.

No senso comum entende-se crescimento como um aumento, um acréscimo no volume de produção, ou em qualquer outra forma de medida a ser considerada. Porém, para as Ciências Econômicas, a expressão representa o crescimento contínuo do produto nacional em termos globais ou per capita ao longo do tempo (VASCONCELLOS, 1988).

Furtado (1974) sugere um complemento, apresentando o conceito de subdesenvolvimento como sendo a insuficiência e/ou ausência de avanços, sendo representado como um produto do processo de industrialização indireto, ou seja, de uma industrialização dependente dos países já desenvolvidos.

Vasconcellos (1988) acrescenta que, para caracterizar o processo de desenvolvimento, devem ser observados, ao longo do tempo, alguns elementos, a saber:

- segundo essa definição, nota-se que, conceitualmente, o seu sentido vai muito além das mudanças quantitativas, considerando, assim, alterações de ordem qualitativa como educação, moradia, saúde e alimentação, conforme explica Vasconcellos (1988);
- diante da abrangência da definição de desenvolvimento apresentada por Furtado (1974), acredita-se ser esta a abordagem mais adequada para o estudo dos fenômenos sociais;
- dentre os elementos que contribuem para a ampliação de elementos sociais, encontram as instituições de ensino. Para objeto deste estudo será considerado como instituição de ensino as Universidades, que a seguir será realizada uma breve abordagem.

Segundo Buarque (1994), a universidade surgiu como contemporânea de uma transição no momento em que a Europa dos dogmas e do feudalismo iniciava seu rumo ao renascimento do conhecimento e à racionalidade científica, desde o feudalismo até o capitalismo.

Ainda para Buarque (1994), a universidade foi instrumento da criação do novo saber que serviria ao novo mundo, que surgiu entre o fim do feudalismo dogmático e a consolidação do liberalismo capitalista.

Cabe apresentar aqui que, para a constituição de uma universidade, é preciso antes de tudo que exista

ao menos dois elementos principais: professores e estudantes; após serem completados esses requisitos básicos surgirão então as demais necessidades.

Para Buarque (1994), por "*universitas*" entende-se uma corporação legal formada por professores de Paris e estudantes de Bolonha que acharam vantajoso se agrupar para aprofundar o conhecimento.

O conceito "universidade" é fruto do termo "*universitas*", que era usado para descrever qualquer associação legal. Assim, segundo Buarque (1994), foi dada a essa associação legal a expressão usada até hoje para dar significado à universidade: uma associação de professores e alunos que visam fazer avançar o conhecimento.

Para Somensi (2005), esta seria uma instituição particularmente ocidental (mais ou menos) autônoma de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas de nível superior.

Para fins de utilização neste estudo, define-se universidade como uma entidade que pode ser criada por professores e estudantes, cujo objetivo social é desenvolver, socializar e transmitir o conhecimento gerado por suas atividades.

Buarque (1994) acrescenta que é preciso criar uma estrutura que permita ser um centro de geração do conhecimento, pesquisa e de educação superior de forma permanente.

Contudo, é preciso lembrar que, como um processo que evolui lentamente, muitas mudanças ocorreram desde a criação da primeira universidade até os dias atuais, surgindo novos pensadores com novas reflexões, levando ao avanço das teorias para diferentes visões e conceitos, representando modelos que são válidos em todo o mundo até os dias atuais.

Diversos modelos de concepção podem ser encontrados. Para as finalidades deste estudo, destacam-se os modelos francês, alemão e norte-americano, que influenciaram na concepção das universidades em torno do mundo, não diferente aqui no Brasil.

As Instituições de Ensino Superior brasileiras parecem não sofrer forte influência de um modelo específico ou ainda constituir-se em um modelo próprio definido. O que se tem notado nas poucas publicações a respeito é que o modelo brasileiro vem passando por uma lenta e tardia consolidação.

A universidade brasileira tem compromisso com o desenvolvimento e a transformação da sociedade, tendo caráter tanto político quanto técnico, conforme afirma Dias Sobrinho e Ristoff (2000).

Neste ambiente, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) teve sua origem em 1962, com a criação de Faculdade de Farmácia e

Odontologia em Campo Grande- Estado do Mato Grosso do Sul (UFMS, 2006).

Em 1966, pela Lei Estadual nº 2.620, esses programas foram absorvidos com a criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), que reformulou a estrutura anterior, instituiu departamentos e criou o Programa de Graduação em Medicina (UFMS, 2006).

O Projeto Político Pedagógico (UFMS/PPP, 2006) apresenta, ainda, a ação do Governo de Estado de Mato Grosso que, em 1967, criou, em Corumbá, o Instituto Superior de Pedagogia e, em Três Lagoas, o Instituto de Ciências Humanas e Letras, ampliando, assim, a rede pública estadual de ensino superior.

Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul, a Lei Estadual nº 2.947 de 1969 criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT).

Em 1970, foram criados os Centros Pedagógicos de Aquidauana e de Dourados e incorporados à UEMT.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso, foi concretizada a federalização da instituição que passou a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pela Lei Federal nº 6.674 de 5 de julho de 1979. O então Centro Pedagógico de Rondonópolis, sediado em Rondonópolis, Estado do Mato Grosso, passou a integrar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Atualmente, funcionam em Campo Grande seis unidades setoriais²: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET), Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), Faculdade de Medicina (FAMED), Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FAMEZ) e Faculdade de Odontologia (FAODO).

Além desses, a UFMS mantém campus em Aquidauana, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba e Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul, descentralizando a educação para atender aos principais polos de desenvolvimento do Estado. Nesta linha de expansão foram criados, mas ainda não estão implantados, os Campi de Ponta Porã e Bonito, segundo o UFMS (2006).

Por meio da Lei Federal nº 11.153 de 29.07.2005, implantada em 1/1/2006, o campus de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, (CPDO) foi transformado em Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

² Informações coletadas do Manual do Estudante do Programa Administração Modalidade a Distância da UFMS, disponível em: <http://www.ead.ufms.br>.

A Universidade possui programas de graduação e pós-graduação, presenciais e a distância. Os programas de pós-graduação englobam os Programas de Pós-graduação em *lato sensu* e *strictu sensu*.

Visando atingir os objetivos essenciais de aprimoramento do ensino e de estímulo às atividades de pesquisa e de extensão, a instituição vem participando ativamente da preservação dos reprogramas naturais do meio ambiente de Mato Grosso do Sul, especialmente da fauna e da flora do Pantanal, região onde está inserida.

Para que haja essa integração entre sociedade e comunidade, um dos requisitos básicos é que a Instituição utilize seu potencial técnico e científico em favor da comunidade em que está inserida e, para isso, a pós-graduação assume grande responsabilidade com a realização de pesquisas e formação de professores. Dessa forma, faz-se necessário tecer a história, o papel social e o estágio vigente dos programas de pós-graduação existentes no país.

A UFMS, em vista desse panorama, tem voltado seus esforços, não só para a capacitação dos seus docentes, mas também para a criação e implantação de novos programas de pós-graduação que visem atender às expectativas e às necessidades do mercado.

No que se refere à capacitação do corpo docente, o Relatório de Gestão de Pessoas, disponibilizado pela Gerência de Recursos Humanos (GRH), destaca que, em dezembro de 2000, o número de professores era de 733 docentes, sendo 108 especialistas (pós-graduação *lato sensu*), 348 mestres e apenas 191 doutores (UFMS, 2008).

Pela política de formação e capacitação do seu quadro de docentes, e com a preocupação de oferecer ensino de qualidade que atenda às necessidades da sociedade, esse quadro foi alterado em setembro de 2008, ficando com 764 professores. Dentre esses, 410 são doutores, 273 possuem o título de mestre e apenas 58 professores possuem especialização *lato sensu* (UFMS, 2008).

O investimento em capacitação promovido pela Universidade, visando, principalmente, à elaboração de propostas para criação de programas de pós-graduação *stricto sensu* foi acentuado a partir de 2000. Houve um crescimento de aproximadamente 110% no número de docentes com doutorado, no período de 2000 a 2008, enquanto que o número de docentes mestres e especialistas reduziu em 21 e 46%, respectivamente, nesse mesmo período.

Em decorrência da política de capacitação empreendida pela Instituição, deu-se o aumento da produção intelectual de alto nível, permitindo a

criação e implantação de programas de pós-graduação. No ano de 1999, os programas de Mestrado na UFMS eram apenas cinco, o que chama a atenção, pois a Universidade foi criada em 1979.

Ao longo de 20 anos (1979-1999), foram implantados cinco programas de Mestrado, enquanto que apenas nos dez últimos anos o número de programas de Mestrado reconhecidos pelo MEC saltou para 21. Segundo informações disponibilizadas na Pró-Reitoria de Pós-graduação (PROPP), foram criados seis Programas de Doutorado nesse mesmo período.

Diante da demanda por profissionais e pesquisas, e fortemente influenciado pela vocação do Estado de Mato Grosso do Sul, foi implantado junto ao Departamento de Economia e Administração (DEA) o Programa de Mestrado em Agronegócio.

O Programa de Pós-graduação em Agronegócio (PPAGRO) foi criado e recomendado em 2002 pela Capes/MEC, por intermédio de seu Comitê Multidisciplinar, com conceito 3, conforme Ofício CTC/Capes nº 148/2002. O referido programa tinha como objetivos o desenvolvimento, a aplicação e a disseminação de novas tecnologias em Agronegócio, além da formação de pessoal especializado, com perfil inovador, adaptados às exigências da sociedade e do mercado de trabalho, com vistas ao desenvolvimento regional e nacional, segundo informações disponíveis no site da Universidade³.

A criação se deu a partir de um convênio realizado entre a Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Brasília (UNB) e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O programa, que funciona (mas já em fase de extinção) no espaço do Departamento de Economia e Administração (DEA), conta com dez professores doutores permanente, e tem produção intelectual significativa. Foram 23 artigos *Qualis* Nacional A, 16 Nacional B e sete Nacional C, além de um Internacional C e sete Capítulos de Livros, totalizando 4,7 artigos e 0,7 capítulos de livro por docente permanente que foram publicados no período de 2002 a 2006.

Pelo exposto, observa-se que o incentivo à capacitação e o acentuado crescimento da pós-graduação na UFMS têm permitido à Instituição a real concretização de sua missão, visão e objetivos, via produção e disseminação do conhecimento, contribuindo para uma vida melhor em sociedade.

Apesar de todas as críticas levantadas pela sociedade, e também do apoio insuficiente do governo e seus órgãos de representação, as Instituições

³ UFMS. Disponível em: <http://www.dea.ufms.br/index.php?section=item.course&courseestrado&fatherid=0&itemid=52>. Acesso em: 25 mar. 2008.

de Ensino Superior ainda continuam sendo a principal produtora de pesquisa e a maior responsável pela qualificação da mão-de-obra no país.

Segundo Teixeira (1992), a atuação da Universidade encontra-se apoiada em um tripé composto pelo ensino, pesquisa e extensão, permitindo uma posição singular para a expansão das atividades de produção e gestão do agronegócio brasileiro.

Teixeira (1992) ressalta que além da missão de formar mão-de-obra qualificada e realizar pesquisas, a Universidade ainda exerce papel relevante na extensão do conhecimento produzido para a sociedade.

No âmbito do ensino, percebe-se que, em resposta à necessidade de formação de mão-de-obra qualificada para o agronegócio, a Universidade contribui de forma relevante, não só formando profissionais que atuarão no setor, mas também oferecendo educação continuada de profissionais; identificando perfil junto ao mercado de trabalho, e ainda oferecendo programas de reciclagem para profissionais que já atuam nessa área.

Na esfera da pesquisa, percebe-se a existência de uma preocupação em investigar temas de interesse da sociedade; temas atuais e importantes como ecologia e biotecnologia constam da lista das investigações das universidades.

Ainda na esfera da pesquisa, Teixeira (1992) afirma que a interação entre a Universidade e o setor privado poderia ser mais estreita caso houvesse maior identificação nas linhas de pesquisa de interesse tanto de uma quanto da outra parte. Embora não seja nula, essa interação ainda se encontra em estágio inicial.

Para Teixeira (1992), o campo da extensão é sem dúvida o campo em que a Universidade tem mais a contribuir com o desenvolvimento do agronegócio. Tradicionalmente, ela atua por meio da realização de palestras, seminários, consultorias, publicações e ainda realização de eventos e visitas técnicas, mas essa contribuição pode ser dinamizada se integrada diretamente com o público-alvo, ou seja, estreitando o relacionamento com o setor privado para o qual os seus esforços são direcionados.

Diante disso, o Programa de Mestrado em Agronegócio no Estado causa forte impacto na região que, com seu desenvolvimento acelerado, precisa de profissionais altamente qualificados e de pesquisas em todos os setores do conhecimento.

O programa contribui para sanar o problema da carência de profissionais, de pesquisadores, atendendo tanto a administração pública como o

setor privado, particularmente aquele vinculado ao agronegócio.

Resultados e discussão

O *corpus* da pesquisa é composto por 82 egressos, provenientes das turmas de 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, sendo seus currículos submetidos a uma análise que possibilitou levantar os dados necessários para atender aos objetivos propostos na pesquisa.

É importante destacar que, dentre os 82 acadêmicos que cursaram o programa, apenas 39 apresentaram o instrumento desta pesquisa atualizado (*currículum lattes*). Dentro da categoria “atualizada”, foram considerados os currículos que haviam sido modificados dentro do período de seis meses; e, na categoria “desatualizada”, os currículos que estava há mais de seis meses sem sofrer modificações.

Dentre os 82 egressos considerados, 49 são homens, o que corresponde a 59,76%; e 33 são mulheres, ou seja, 40,24%. A distribuição, segundo o sexo, mostra que existe predominância de homens no curso.

Mattos et al. (2002) ressaltam que essa característica é comum a outros Programas de Mestrado na grande área de Ciências Sociais e que essa diferença é mais acentuada em programas de Mestrado em Administração.

Se comparado com outras instituições, a predominância masculina apresentada no PPAGRO é menos acentuada. Mattos et al. (2002) descrevem que os Programas de Mestrado em Administração como o da FGV-SP, por exemplo, é composto por 66,2% de homens e 33,8% de mulheres.

Outro aspecto a ser destacado na descrição do perfil considerado nesta pesquisa é a idade. Dentre os egressos observados, constatou-se que grande parte dos acadêmicos tem idade de até 40 anos, o que representa 79,26% dos acadêmicos.

Importante característica a ser destacada se refere ao perfil dos egressos do curso de graduação da qual eles provêm. Dessa forma, a pesquisa possibilitou identificar que 43% são egressos da área de Administração; 25%, da área de Ciências Econômicas; 7% eram do Programa de Ciências Contábeis; e os 23% restantes, de outras áreas, uma vez que o Programa de Mestrado era multidisciplinar.

Assim, vê-se que a maioria dos egressos provinha de áreas afins do Agronegócio. Essa característica pode ser explicada pela influência dos programas oferecidos pelo departamento a que o Programa de Mestrado em Agronegócio esteja ligado, que são

exatamente os programas de Ciências Econômicas e de Administração.

Tratando da formação dos egressos em nível de graduação, percebe-se que a década de 2000 foi responsável por 56% de mestrandos inseridos no programa, seguida pela década de 1990, com 33%. Os anos de 1999, 2002 e 2003 foram os que contaram com o maior número de graduados que se inseriram no Programa de Mestrado em Agronegócio, respectivamente 9, 10 e 11.

Assim como a idade de ingresso nos Programas de Mestrado, o ano de conclusão da graduação pode ter consequência na análise de pelo menos duas variáveis: tempo transcorrido entre graduação e Mestrado e tempo de permanência no mercado de trabalho, seja acadêmico ou empresarial, como sugere Mattos et al. (2002).

A primeira, ou seja, o período transcorrido entre a graduação e o início do Mestrado, mostrou média de seis anos, um ano a menos se comparado com Programas de Mestrado em Administração da FGV-SP e USP.

Outra característica do PPAGRO é que essa média vem sendo reduzida com o passar do tempo: a primeira turma de egressos (2003) tinha média de oito anos e a última turma (2007), média de cinco anos.

Na caracterização do perfil dos egressos pode ser incluído o conhecimento de línguas estrangeiras. Pode-se observar que, além da língua inglesa (obrigatória pelo programa), a língua espanhola é conhecida pela maioria dos acadêmicos (70,27%), enquanto apenas 22,97% apresentaram conhecimento de outra língua estrangeira (entre elas, italiano e francês).

O baixo índice de conhecimento em outras línguas estrangeiras, que não a exigida pelo programa, pode justificar a pequena participação do Brasil (1,5%) na publicação de artigos no contexto internacional e o fato de que a sua produção de conhecimento protegido é inferior ao de países como China e Índia (DANTAS, 2004).

Vale destacar que não existe diferença significativa entre os egressos de Mato Grosso do Sul, com 42% (34 acadêmicos), e de outros Estados, 58% (47 acadêmicos). Considerando que os acadêmicos interessados poderiam vir de qualquer uma das unidades federativas, é notável que a grande concentração se encontre realmente em Mato Grosso do Sul.

Dentre os outros Estados, São Paulo se destaca com 28,4% do total de acadêmicos, seguido por Paraná e Santa Catarina, respectivamente 7,4 e 4,9%.

Majoritariamente, os ingressos do PPAGRO não sendo de origem de Mato Grosso do Sul (47

egressos), a maior parte desses egressos permanece no Estado (58 egressos) após a conclusão do programa.

Assim, acabam por contribuir de alguma forma para o desenvolvimento dentro do Estado, pois a universidade brasileira tem compromisso com o desenvolvimento e transformação da sociedade, tendo caráter tanto político quanto técnico, conforme afirma Dias Sobrinho e Ristoff (2000).

Dentre os acadêmicos do programa, a pesquisa possibilitou identificar que, 56,25% eram professores antes de entrarem no Programa de Mestrado; dentre eles, 55% trabalhavam em universidades públicas (principalmente na UFMS) enquanto que cerca de 45% atuavam em faculdades particulares.

Foi também identificado que, no momento da inscrição, 26% dos acadêmicos atuavam como consultores de instituições públicas e privadas e complementavam as suas atividades como professores.

Importante ressaltar que era relativamente alta a proporção dos ingressantes no Mestrado que já exerciam atividades em Instituições de Ensino Superior (IES), e que a maioria atuava em instituições públicas, contribuindo, dessa forma, com a formação, multiplicação e desenvolvimento do conhecimento.

Seguindo esse enfoque, Somensi (2005) acrescenta que a educação tem como função utilizar o conhecimento e também exerce função social de tal forma que a universidade influencie a sociedade e esta retorna o conhecimento à universidade.

Durante o período em que o acadêmico já estava cursando o programa, percebeu-se que houve forte concentração na atividade de docência, em detrimento de outras atividades, ou seja, grande parcela dos ingressantes no Programa de Mestrado procurou atuar profissionalmente como professor de nível superior após o início do programa (77%), um acréscimo de 21% de acadêmicos que voltaram as suas atividades profissionais para a docência, se comparada com a atuação profissional no momento da inscrição para o PPAGRO.

Após a conclusão do PPAGRO, foi possível detectar que poucos trocaram a carreira acadêmica e que, na verdade, dentre os egressos, houve concentração ainda mais forte na atividade de docência em detrimento das atividades de consultoria e, principalmente, das atividades consideradas como "outras".

A promessa da pós-graduação inclui além da diversificação de programas e das atividades de pesquisa, outros modos de adquirir e desenvolver o conhecimento (CASTRO, 1993).

Assim, quando observada a publicação dos acadêmicos do PPAGRO, verifica-se que o número de acadêmicos que não realizaram nenhuma publicação fora da área do agronegócio correspondeu a 23,17% dos egressos

Dentre este percentual, observou-se que 46,34% dos egressos tiveram publicação (entre 1 e 6 artigos publicados) e os outros 30,49% tiveram produção acima de sete artigos publicados. Portanto, 76,83% dos egressos contribuíram de alguma forma para o desenvolvimento de setores que não seja o do agronegócio.

Os acadêmicos que não tiveram nenhuma publicação na área do agronegócio corresponderam a 29,27% dos acadêmicos. Entre esses acadêmicos que publicaram na área do agronegócio, 53,66% dos acadêmicos publicaram entre um e seis artigos, enquanto que 17,07% tiveram publicação acima de sete artigos. Dessa forma, 70,73% dos egressos tiveram suas publicações voltadas para o setor do agronegócio.

Guimarães e Martin (2008), a área brasileira que se destaca no âmbito mundial em publicação é o agronegócio, com 4.139 artigos produzidos entre 2003 e 2007 – 4% da produção total em todo o mundo.

Dentre as informações encontradas sobre os projetos de pesquisa, verificou-se que 76,83% (a maioria) não apresentaram projetos de pesquisa em agronegócio e apenas 23,17% dos acadêmicos participaram de, pelo menos, um na área de agronegócio.

Quanto aos acadêmicos que tiveram participação em projetos de pesquisa fora do agronegócio constatou-se que apenas 28,05% dos acadêmicos tiveram a participação registrada, enquanto que 71,95% não tiveram nenhum envolvimento, embora a sua contribuição tenha sido voltada para atividades fora do agronegócio.

O número de artigos publicados é um dos indicadores mais importantes para a medida da atividade de pesquisa de uma instituição, sendo utilizado tanto para analisar a produção científica como para orientar a tomada de decisões nas políticas públicas em matéria de ciência e tecnologia.

Quando relacionada com o número de doutores em tempo integral do PPAGRO, percebe-se que a produção científica tem média de 56,64 artigos publicados nos cinco anos de existência do programa, ou seja, 11,33 artigos publicados por ano. Trata-se de uma média baixa para programas que têm o comprometimento de desenvolver pesquisas para criar condições favoráveis para o desenvolvimento do Estado.

Segundo relatório do Instituto Lobo (LOBO, 2006), que identificou a produção científica das IES brasileiras, a UFMS ficou em 64º colocação, quando avaliado o número de trabalhos publicados por programa de pós-graduação. Segundo o mesmo relatório, a UFMS permaneceu na mesma posição do ranking quando considerado o índice de produtividade⁴ relativo à sua atividade de pesquisa.

O índice de produtividade obtido pela UFMS foi de -0,88; o primeiro lugar ficou para o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), com um índice de 4,68 e o último colocado foi a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com um índice de -4,22.

A UnB e a UFG, universidades que participam do convênio que deu origem ao PPAGRO, ficaram com os respectivos índices: -0,36, ficando na 40ª colocação; e -0,66, na 55ª do ranking nacional.

Considerações finais

Ações como as desenvolvidas pela UFMS, em especial pelo PPAGRO, colaboram de certa forma para amenizar as deficiências encontradas no Estado. Contribui para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, na capacitação de um quadro diverso de profissionais que diretamente estarão colaborando com o desenvolvimento do Estado, no agronegócio aqui praticado.

A contribuição que os egressos proporcionaram ao desenvolvimento do Estado está classificada em ordem decrescente, ou seja, o número de profissionais, que ao concluírem o Programa de Mestrado passaram a exercer a atividade de docência, foi maior dentre todos os egressos do PPAGRO, de 2003 a 2007.

A produção científica realizada por esses egressos foi, em sua maior parte, destinada a áreas fora do agronegócio. Esse fato, contudo, não evidencia a ausência de contribuição ao desenvolvimento do Estado; embora se esperasse uma participação mais expressiva na área de concentração do programa.

E, finalmente, colocando-se em menor grau de contribuição dos egressos, situam-se as participações em projetos de pesquisa. Nessa análise, foi possível identificar que a participação dos acadêmicos em projetos de pesquisa é pequena, e ainda menor se considerados os projetos relacionados com o agronegócio, se comparados com a contribuição de outros Programas de Pós-graduação em nível de Mestrado, conforme estudo realizado em 2006 pelo Instituto Lobo.

⁴ Esse índice, que mede a eficiência da Instituição, leva em conta o investimento do CNPq por pesquisa publicada, o número de pesquisas publicadas por Doutor em tempo integral e o número de pesquisas publicadas por programa de pós-graduação da Instituição.

Para finalizar, salienta-se que o tema merece amplas discussões e estudos complementares, no sentido de aprofundá-lo e consolidá-lo. Nesta pesquisa analisou-se a contribuição do Programa de Mestrado em Agronegócio oferecido pela UFMS, e destaca-se que não foram realizadas comparações com outros programas, o que não permitiu que fossem realizadas generalizações.

Como trabalho futuro, sugere-se analisar a qualidade das publicações realizadas pelos egressos. Dessa forma, a qualidade seria avaliada de acordo com quantidade de citações observadas das pesquisas publicadas pelos egressos.

Referências

- ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- ARAÚJO, N. B.; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L. A. **Complexo agroindustrial: o agribusiness brasileiro**. São Paulo: Agrocere, 1990.
- BATALHA, M. O.; LAGO DA SILVA, A. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas. In: BATALHA, M. O. (Ed.). **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2001. p. 23-63.
- BUARQUE, C. **A aventura da universidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- CASTRO, A. D. As promessas da pós-graduação. In: BICUDO, M. A. V. (Ed.). **Pensando a pós-graduação em educação**. Piracicaba: Unimep, 1993. p. 21-25.
- CEPEA-Centro de Pesquisas Avançadas em Economia Aplicada. **PIB do Agronegócio**. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/pib/>>. Acesso em: 15 out. 2008.
- DANTAS, F. Responsabilidade social e pós-graduação no Brasil: ideias para (avali)ação, 2004. **Revista Brasileira de pós-graduação**, v. 1, n. 2. Disponível em: <http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.1_2_nov2004/_160_172_responsabilidadesocial_posgraduacao_brasil.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2009.
- DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D. I. **Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência**. Florianópolis: Insular, 2000.
- FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio básico da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FURTADO, C. **O Mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2006.
- GUIMARÃES, N. A.; COSTA, M. T. Pequenas e médias empresas no desenvolvimento local: conceito e experiências. In: GUIMARÃES, N. A.; MARTIN, S. (Ed.). **Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais**. São Paulo: Senac, 2001. p. 65-88.
- GUIMARÃES, N. A.; MARTIN, S. **Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais**. São Paulo: Senac, 2008.
- LOBO. Instituto para o Desenvolvimento da Educação Ciência e Tecnologia. **Produção Científica das IES Brasileiras**, 2006. Disponível em: <http://www.loboassociados.com.br/p_artigos/artigos/producao_cientifica/prod_cient_bras.html>. Acesso em: 30 mar. 2009.
- LOURENÇO, J. C. **A evolução do agronegócio brasileiro no cenário atual**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/>>. Acesso em: 15 out. 2008.
- MACEDO, L. **I Simpósio desenvolvimento, aprendizagem e educação**. 2003. Disponível em: <<http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php>>. Acesso em: 5 nov. 2008.
- MATTOS, P. B.; BALBACHEVSKY, E.; SAMPAIO, H.; VELLOSO, J. Formação acadêmica e mercado de trabalho profissionais de mestres e doutores em Administração. In: VELLOSO, J. (Org.). **A Pós-graduação no Brasil: Formação e Pesquisa de Mestres e Doutores no País**. Brasília: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002. p. 61-100.
- MORIN, E.; WULF, C. **Planeta**. A aventura desconhecida. São Paulo: Unesp, 2003.
- PIZZI, J. **O desenvolvimento e suas exigências morais**. 2005. Disponível em: <<http://www.ucpel.tche.br/filosofia>>. Acesso em: 5 nov. 2008.
- RODRIGUES, R. **Perspectivas da produção de alimentos vs produção de biocombustíveis**. São Paulo: FGV, 2007.
- SCHWARTZMAN, S. **América Latina: universidades em transição**. Washington, D. C.: Organização dos Estados Americanos, 1996. (Coleção Interamer, nº 6). Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/oea/cap4.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2009.
- SOMENSI, N. F. **Variáveis que atuam no processo de desenvolvimento do conhecimento em um programa de mestrado a partir da percepção dos egressos**. 2005. 146f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- TEIXEIRA, E. C. **Política agrícola e desenvolvimento**. Viçosa: UFV, 1992.
- UFMS-Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Projeto político pedagógico do programa de administração de empresa modalidade a distância, projeto elaborado a partir do projeto do consórcio: UFMT, UFSC, UFRGS, UFCE, UFPA, UFMA, UEMA, UECEN**, 2006. Disponível em: <<http://www.ead.ufms.br>>. Acesso em: 25 mar. 2008.

UFMS-Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
Editais UFMS. 2008. Disponível em: <<http://www.ufms.br>>. Acesso em: 25 mar. 2008.
VASCONCELLOS, A. S. **Manual de economia.** São Paulo: Saraiva, 1988.

Received on July 7, 2009.

Accepted on June 9, 2010.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.